

supracitada Portaria, pelo que se prorroga o prazo para a audiência dos interessados por 10 dias úteis.

Vem igualmente o Juri notificar os interessados de que se encontra afixada em local visível e público e na página electrónica www.cm-entroncamento.pt, a lista unitária de ordenação final rectificada.

16 de Setembro de 2011. — O Presidente do Juri, *Ana Rita Silva Mendes Rafael*.

305153369

MUNICÍPIO DE FAFE

Aviso n.º 19454/2011

Antero Silva Oliveira Barbosa Fernandes, Vereador do Pelouro do Ordenamento do Território e Urbanismo da Câmara Municipal de Fafe, no uso da competência delegada pelo Sr. Presidente da Câmara, pelo Despacho n.º 14, de 2009-11-20, torna público que, em cumprimento do disposto no n.º 2 do Artigo 27.º, do Decreto-Lei n.º 555/99 de 16 de Dezembro, alterado e republicado pelo Decreto-Lei n.º 26/2010, de 30 de Março, decorrerá um período de discussão pública relativo ao pedido de alteração da licença de operação de loteamento, registada na Câmara Municipal de Fafe sob o n.º 2/2011-LU-ALL, em nome de Zulmira Vale Moreira Mendes Novais Teixeira e Outros, proprietários do lote n.º 23, do loteamento titulado pelo alvará n.º 99/81, sito no lugar de Calvelos, da freguesia e concelho de Fafe, descrito na Conservatória do Registo Predial de Fafe, sob o n.º 5824/20101123, com a duração de 15 dias, contados a partir da data de publicação do presente aviso no *Diário da República*.

Para os devidos efeitos, o projecto da operação de alteração do loteamento, acompanhado da informação técnica elaborada pelos serviços municipais, estará à disposição para quem o pretenda consultar, no Departamento de Planeamento e Gestão Urbanística, desta Câmara Municipal, durante as horas de expediente.

Os interessados devem apresentar as suas reclamações, observações ou sugestões, por escrito, no Serviço Administrativo e de Atendimento Geral, desta Câmara Municipal.

29 de Agosto de 2011. — O Vereador do Pelouro do Ordenamento do Território, *Antero Barbosa*.

305072182

MUNICÍPIO DE FREIXO DE ESPADA À CINTA

Aviso n.º 19455/2011

Para cumprimento do estipulado na linha *b)* do n.º 1 do artigo 37.º, do artigo 21 e alínea *a)* do n.º 1 do artigo 55 da Lei n.º 12-A/2008, de 27 de Fevereiro, se faz publico, na sequência dos meus despachos de 29 de Agosto de 2011, no uso da competência que me confere a alínea *a)* do n.º 2 do artigo 68.º da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, alterada e republicada pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de Janeiro e, na sequência do procedimento concursal comum, para dois lugares de Técnico Superior (Engenharia de Reabilitação e Acessibilidades Humanas, Geografia e Planeamento) e dois lugares de Assistentes Técnicos, na modalidade de contrato de trabalho em funções públicas por tempo determinado — a termo resolutivo certo, aberto por aviso n.º 11891/2011, publicado na 2.ª série do *Diário da República* n.º 105 de 31 de Maio de 2011, contratei, com efeitos a partir de 1 de Setembro de 2011, Abel Duarte Meireles Trigo e Daniela Lucinda Ferreira Bento Pereira, para a categoria de Técnicos Superiores, com a remuneração correspondente à 2.ª posição remuneratória da categoria e ao nível remuneratório 15 da tabela única, montante pecuniário de 1201,48 € (mil duzentos e um euros e quarenta e oito centimos) e Tiago José Madeira Sapage e Tiago Ramos Espírito Santo, para a categoria de Assistentes Técnicos, com a remuneração correspondente à 1.ª posição remuneratória da categoria e ao nível remuneratório 5 da tabela única, no montante pecuniário de 683,13 € (seiscentos e oitenta e três euros e treze centimos).

Para efeitos do estipulado nos n.ºs 2 e 3 do artigo 73.º da RCTFP, aprovado pela Lei n.º 59/2008, de 11 de Setembro, conjugados com os n.ºs 3 e seguintes do artigo 12.º da Lei n.º 12-A/2008, de 27 de Fevereiro, nos termos do já referido despacho, nomeei para júri do período experimental o seu superior hierárquico imediato o Eng. José Carlos Fernandes, Chefe da Divisão Técnica de Obras, Urbanismo e Habitação do Município de Freixo de Espada à Cinta em conformidade com o n.º 2 do artigo 77.º da RCTFP, aprovado pela Lei n.º 59/2008, de 11 de Setembro.

1 de Setembro de 2011. — O Presidente da Câmara, *José Manuel Caldeira Santos*.

305134114

MUNICÍPIO DE GAVIÃO

Aviso n.º 19456/2011

Para os devidos efeitos, torna-se público que por meu despacho datado de 12 de Abril 2011, autorizei o regresso ao serviço da licença sem remuneração por 11 meses, concedida ao encarregado operacional Manuel da Silva Monteiro, com início em 1 de Junho de 2011.

16 de Setembro de 2011. — O Presidente da Câmara, *Jorge Manuel Martins de Jesus*.

305135898

Aviso n.º 19457/2011

Para os devidos efeitos, torna-se público que por despacho datado de 3 de Agosto de 2011, foi autorizado o regresso ao serviço da licença sem remuneração por 11 meses, concedida ao assistente operacional António Manuel da Silva Monteiro, com início em 1 de Setembro de 2011.

16 de Setembro de 2011. — O Presidente da Câmara, *Jorge Manuel Martins de Jesus*.

305135824

MUNICÍPIO DE GOUVEIA

Aviso n.º 19458/2011

Em cumprimento do disposto no artigo 37.º da Lei n.º 12-A/2008, de 27 de Fevereiro, torna-se público que cessou, por motivos de aposentação, a relação jurídica de emprego público do seguinte trabalhador:

João José Correia Reis — Assistente Operacional — posição remuneratória entre a 1.ª e 2.ª, desligado do serviço em 01/09/2011.

Jorge Duarte Oliveira Fonseca — Assistente Operacional — posição remuneratória entre a 1.ª e 2.ª, desligado do serviço em 01/09/2011.

16 de Setembro de 2011. — A Vereador Permanente responsável pela Gestão de Recursos Humanos, *Laura Maria da Rocha Oliveira Pinto da Costa*.

305136091

MUNICÍPIO DE GRÂNDOLA

Aviso n.º 19459/2011

Nomeação de pessoal dirigente — Procedimento concursal para provimento do cargo de direcção intermédia de 4.º grau — Sector de habitação

Considerando que no n.º 2 do artigo 20.º da Lei n.º 2/2004, de 15 de Janeiro, alterada e republicada pela Lei n.º 51/2005, de 30 de Agosto, pela Lei n.º 64-A/2008, de 31 de Dezembro, e pela Lei n.º 3-B/2010, de 28 de Abril, e aplicada à administração local pelo Decreto-Lei n.º 93/2004, de 20 de Abril, alterado e republicado pelo Decreto-Lei n.º 104/2006, de 7 de Junho, e Decreto-Lei n.º 305/2009, de 23 de Outubro, os diplomados orgânicos ou estatutários dos serviços e organismos públicos, expressam, a área e os requisitos de recrutamento dos titulares dos cargos de direcção intermédia de 3.º Grau ou inferior. De acordo com o n.º 1 do artigo 15.º do Regulamento de Organização dos Serviços Municipais da Câmara Municipal de Grândola, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 232, de 30 de Novembro de 2010, sob o Aviso n.º 24886/2010, os titulares dos cargos de direcção intermédia de 4.º grau são recrutados, por procedimento concursal, de entre trabalhadores com relação jurídica de emprego público por tempo indeterminado, licenciados dotados de competência técnica e aptidão para o exercício de funções de direcção, coordenação e controlo, que reúnam um ano de experiência profissional em funções, cargos, carreiras ou categorias para cujo exercício ou provimento seja exigível uma licenciatura;

Que, previamente à abertura do procedimento concursal para o Cargo de Direcção Intermédia de 4.º Grau — Sector de Habitação, foi efectuado o necessário cabimento orçamental;

Que terminou a aplicação dos métodos de selecção para o Cargo de Direcção Intermédia de 4.º Grau — Sector de Habitação, aberto por aviso publicitado no *Diário da República*, 2.ª série (Parte J1), n.º 107, de 02/06/2011, através do aviso n.º 12147/2011, na Bolsa de Emprego Público, sob o código de oferta — OE 201106/0071 e no Jornal Correio da Manhã de 6 de Junho de 2011, em conformidade com o estabelecido nos n.ºs 1 e 2 do artigo 21.º da Lei n.º 2/2004, de 15 de Janeiro, alterada e republicada pela Lei n.º 51/2005, de 30 de Agosto, pela Lei

n.º 64-A/2008, de 31 de Dezembro, e pela Lei n.º 3-B/2010, de 28 de Abril e aplicada à administração local pelo Decreto-Lei n.º 93/2004, de 20 de Abril, alterado e republicado pelo Decreto-Lei n.º 104/2006, de 7 de Junho, e Decreto-Lei n.º 305/2009, de 23 de Outubro;

Que de acordo com a proposta de nomeação do júri do procedimento concursal, constante da acta da reunião de 25 de Agosto de 2011, após a aplicação dos métodos de selecção, concluiu-se que a candidata Ana Paula Afonso da Silva Reia, Técnica Superior, licenciada em Serviço Social, reúne as condições e requisitos legalmente previstos para o exercício do Cargo de Direcção Intermédia de 4.º Grau — Sector de Habitação, e corresponde ao perfil pretendido, por evidenciar comprovadas competências multidisciplinares, nomeadamente experiência comprovada e conhecimentos, em nível elevado, nas áreas funcionais do cargo a prover.

A candidata Ana Paula Afonso da Silva Reia demonstrou possuir sentido crítico, capacidade de liderança, organização, iniciativa, gestão das motivações e capacidade de gestão dos recursos humanos colocados à disposição da unidade orgânica, bem como, capacidade de expressão e argumentação, reconhecendo-se-lhe também particular sensibilidade aos desafios que a administração local enfrenta na área em causa, factores estes que se tomam indispensáveis ao cumprimento das atribuições e objectivos do cargo a prover.

Face ao exposto, no uso da competência que me foi delegada pelo Sr. Presidente da Câmara, através do Despacho n.º 2/2011, de 3 de Janeiro, e Despacho n.º 4/2011, de 10 de Janeiro, e de acordo com o n.º 9 do artigo 21.º da Lei n.º 2/2004, de 15 de Janeiro, alterada e republicada pela Lei n.º 51/2005, de 30 de Agosto, conjugado com o artigo 15.º do Decreto-Lei n.º 93/2004, de 20 de Abril, republicado pelo Decreto-Lei n.º 104/2006, de 7 de Junho, nomeei Ana Paula Afonso da Silva Reia, para o cargo de direcção intermédia de 4.º Grau — Sector de Habitação, em comissão de serviço pelo período de 3 anos. A presente nomeação produz efeitos a partir do dia 15 de Setembro de 2011.

Nota relativa ao currículo académico e profissional

- 1 — Nome: Ana Paula Afonso da Silva Reia — Técnica Superior;
- 2 — Habilitações Académicas:

Licenciatura em Serviço Social, pelo Instituto Superior de Serviço Social de Coimbra, em 14 de Dezembro de 1995;

- 3 — Experiência Profissional:

Contratada a Termo Certo no Município de Grândola, com a categoria de técnica superior de 2.ª Classe — Serviço Social em 3 de Janeiro 2000;

Ingresso no quadro do Município de Grândola como técnica superior de 2.ª Classe — Serviço Social em 20 de Maio de 2002;

Nomeada técnica superior de 1.ª Classe — Serviço Social em 16 de Maio de 2006;

Nomeada em regime de substituição para o Cargo de Direcção Intermédia de 4.º Grau — Sector de Habitação, pelo Despacho n.º 1/2011 do Presidente da Câmara, em 3 de Janeiro de 2011.

15 de Setembro de 2011. — O Vereador do Pelouro de Administração e Gestão de Recursos Humanos, com competência delegada, *Aníbal Cordeiro*.

305141494

MUNICÍPIO DE MAFRA

Aviso n.º 19460/2011

Plano de Pormenor da Vila Nova de Mafra

Relatório de ponderação dos resultados da discussão pública

No âmbito da elaboração do Plano de Pormenor da Vila Nova de Mafra, em cumprimento do disposto no n.º 8 do artigo 77.º do Decreto-Lei n.º 380/99, de 22 de Setembro, com a redacção dada pelo Decreto-Lei n.º 46/2009, de 20 de Fevereiro, alterado pelo Decreto-Lei n.º 181/2009, de 07 de Agosto, torna-se público que esta Câmara Municipal, na reunião pública de 15 de Setembro de 2011, deliberou aprovar o Relatório de Ponderação dos Resultados da Discussão Pública do referido Plano de Pormenor, o qual se encontra disponível para consulta dos interessados no edifício da Câmara Municipal, sito em Praça do Município, 2644-001 Mafra, de 2.ª a 5.ª feira, das 9 às 17 horas, bem como na seguinte página electrónica:

<http://www.cm-mafra.pt/camara/apreciacao.asp>

Para constar se publica o presente aviso e outros de igual teor que vão ser publicitados nos termos legais.

19 de Setembro de 2011. — O Presidente da Câmara Municipal, *Eng.º José Maria Ministro dos Santos*.

205155418

MUNICÍPIO DE MARVÃO

Aviso n.º 19461/2011

Procedimento concursal comum para ocupação de dois postos de trabalho em regime de contrato de trabalho em funções públicas por tempo indeterminado na categoria de assistente operacional (cantoneiro de limpeza).

Em cumprimento do disposto na alínea *b*) do n.º 1 do artigo 37.º da Lei n.º 12-A/2008, de 27 de Fevereiro, torna-se público na sequência de, cujo aviso de abertura foi publicado no *Diário da República* 2.ª série n.º 63 de 30 de Março de 2011, foi celebrado contrato de trabalho em funções públicas por tempo indeterminado, nos termos da Lei n.º 12-A/2008, de 27 de Fevereiro e Lei n.º 59/2008, de 11 de Setembro, com início em 1 de Setembro do corrente ano com os seguintes trabalhadores:

João Elias Carvalho Mateus e João Manuel Batista Gavancha com remuneração mensal ilíquida de 485,00€, ficando posicionados na 1.ª posição remuneratória e no nível 1, da carreira de assistente operacional.

Para efeitos do estipulado nos n.ºs 2 e 3 do artigo 73.º do RCTFP, aprovado pela Lei n.º 59/2008, de 11 de Setembro, conjugado com os n.ºs 3 e seguintes do artigo 12.º da Lei n.º 12-A/2008, de 27 de Fevereiro, e na sequência do meu despacho datado de 29 de Agosto, do corrente ano, nomeei para júri do período experimental os seguintes elementos:

Presidente — Eng.ª Maria Soledade Almeida Pires, Chefe de Divisão

Vogais efectivos:

Manuel da Conceição Lourenço, Chefe de Divisão, que substituirá o Presidente nas suas faltas e impedimentos.

Ana da Estrela Fernandes Afonso Rodolfo, Coordenadora Técnica

Vogais suplentes:

Dr.ª Ilda Maria Ramos Lourenço Marques, Técnica Superior
Fernando Manuel da Silva Salgueiro, Coordenador Técnico

29 de Agosto de 2011. — O Presidente da Câmara, *Eng. Vítor Manuel Martins Frutuoso*.

305136286

MUNICÍPIO DE MATOSINHOS

Aviso n.º 19462/2011

Dr. Guilherme Manuel Lopes Pinto, Presidente da Câmara Municipal de Matosinhos, faz público que nos termos do n.º 6 do artigo 36.º da Portaria n.º 83-A/2009, de 22 de Janeiro, na redacção actual, se encontra afixado no placar do átrio de entrada do Departamento de Recursos Humanos e disponível na página electrónica da câmara (www.cm-matosinhos.pt) as listas unitárias de ordenação final referentes ao período experimental dos procedimentos concursais comuns para contratação por tempo indeterminado, com vista ao preenchimento dos seguintes postos de trabalho: um Técnico Superior (área técnica e produção teatral — design de som), homologada a 02.09.2011, Pedro Jorge Lopes Moreira, com 15,33 valores; um Técnico Superior (área de psicologia), homologada a 07.09.2011, 1.º Maria João Magalhães Nascimento, com 16,00 valores, 2.º Rita da Rocha Moreira, com 15,33 valores e 3.º Marta Moura Laranja Pontes, com 14,67 valores; um Técnico Superior (área de serviço social), homologada a 07.09.2011, Vanessa Ferreira Oliveira, com 15,33 valores e um Técnico Superior (área de engenharia topográfica), homologada a 07.09.2011, Maria de Lurdes da Silva Fernandes, com 15,00 valores.

Nos termos do artigo 39.º, n.º 3 do mesmo Diploma, da homologação da lista de ordenação final pode ser interposto recurso hierárquico ou tutelar.

Determino ainda que o presente aviso seja publicitado no *Diário da República*, nos termos da lei.

19/09/2011. — O Presidente da Câmara, *Dr. Guilherme Pinto*.

305142125

MUNICÍPIO DA MOITA

Aviso n.º 19463/2011

Para cumprimento da alínea *b*) do n.º 1 do artigo 37.º da Lei n.º 12-A/2008, de 27 de Fevereiro, torna-se público que, após conclusão do respectivo procedimento concursal, foram celebrados contratos